

GEOGRAFIA: Ambiente, Educação e Sociedades – GeoAmbES



ARTIGO

AS (RE) CONFIGURAÇÕES RURAIS A PARTIR DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E POVOS QUILOMBOLAS INSERIDOS NA OFERTA DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DA BAIXADA CUIABANA

*Rural (re) configurations based on Quilombola Traditional
Communities and Peoples inserted in the offer of healthy food in
the Baixada Cuiabana Citizenship Territory*

*(Re) configuraciones rurales basadas en las comunidades y
pueblos tradicionales de Quilombola insertadas en la oferta de
alimentos saludables en el territorio de la ciudadanía de Baixada
Cuiabana*

Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira

Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Mato Grosso, Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) - Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8733-8255>

E-mail: leal@unemat.br

Roselene Maruyama

Professora da Rede Básica de Ensino e presidente da COOPAMSAL.

E-mail: rosemaruyama@hotmail.com

Como citar este artigo:

PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio; MARUYAMA Roselene. As (re) configurações rurais a partir de Comunidades Tradicionais e Povos Quilombolas inseridos na oferta da alimentação saudável no Território da Cidadania da Baixada Cuiabana **In GEOGRAFIA: Ambiente, Educação e Sociedades – GeoAmbES**, Jan./Jun. vol. 3, n. 1, p. 153-164, 2020. ISSN 25959026.

Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/geoambes/index>

Volume 3, número 1 (2020)

ISSN 25959026

AS (RE) CONFIGURAÇÕES RURAIS A PARTIR DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E POVOS QUILOMBOLAS INSERIDOS NA OFERTA DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DA BAIXADA CUIABANA

Rural (re) configurations based on Quilombola Traditional Communities and Peoples inserted in the offer of healthy food in the Baixada Cuiabana Citizenship Territory

(Re) configuraciones rurales basadas en las comunidades y pueblos tradicionales de Quilombola insertadas en la oferta de alimentos saludables en el territorio de la ciudadanía de Baixada Cuiabana

Resumo

A proposta deste texto é mostrar como Comunidades Tradicionais e Povos Quilombolas através de suas realidades locais, tem protagonizado ações de superação através de suas atuações: socioambiental-educacional, na proposição de novas políticas públicas mais eficazes no atendimento das necessidades dos suas cooperativas e associações para atender demandas por alimentação local para o Estado de Mato Grosso. De um modo geral os agricultores familiares, sofrem para produzir ainda que seja em uma escala mínima, devido às limitações na capacidade de investimentos, falta de assessoria técnica e acesso às novas tecnologias de modo a ampliar a produtividade.

Palavras-chave: Economia Solidária. Comunidades Tradicionais. PAA. PNAE.

Abstract

The purpose of this text is to show how Traditional Communities and Quilombola Peoples through their local realities, has been leading actions of overcoming through their actions: socioenvironmental-educational, proposing new public policies more effective in meeting the needs of their cooperatives and associations. Meet demands for local food for the state of Mato Grosso. Family farmers generally struggle to produce even on a minimal scale due to limitations on investment capacity, lack of technical advice and access to new technologies to increase productivity.

Key words: Solidarity Economy. Traditional Communities. PAA. PNAE.

Resumen

El propósito de este texto es mostrar cómo las comunidades tradicionales y los pueblos quilombolas, a través de sus realidades locales, han estado liderando acciones de superación a través de sus acciones: socioambientales-educativas, proponiendo nuevas políticas públicas más efectivas para satisfacer las necesidades de sus cooperativas y asociaciones. Satisfacer las demandas de alimentos locales para el estado de Mato Grosso. Los agricultores familiares generalmente luchan por producir incluso en una escala mínima debido a las limitaciones en la capacidad de inversión, la falta de asesoramiento técnico y el acceso a nuevas tecnologías para aumentar la productividad.

Palabras clave: Economía Solidaria. Comunidades Tradicionales. PAA. PNAE

Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira. Roselene Maruyama

154

Introdução

A Cooperativa Agropecuária Mista de Santo Antônio de Leverger (COOPAMSAL), presente no Município de Santo Antônio do Leverger. Essa cooperativa tem se destacado no território da Baixada cuiabana pela organicidade e pelo foco na organizações de mulheres, jovens e na sua própria comunidade que é tradicional. Os princípios que regem o trabalho é o da economia solidária que vem sendo desenvolvida por algumas cooperativas, como forma de ajuda mutua, mas também para se contrapor a política neoliberal. Este trabalho tem como objetivo apresentar a contribuição da COOPAMSAL inserida em uma comunidade Tradicional, com especial atenção à superação das desigualdades de renda entre: mulheres e jovens por meio da articulação institucional e operacional do Nedet (Núcleo de Desenvolvimento Territorial da Baixada Cuiabana). Bem como estabelecer mecanismos e metodologias de acompanhamento e avaliação da implementação de projetos de inclusão produtiva, com ênfase no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de forma a garantir a inserção da cooperativa no mercado institucional de compras.

Mas ainda com o atraso para recebimento da alimentação fornecida em programas de fomento a agricultura familiar, a COOPAMSAL tem se consolidado como uma forma eficaz de geração de emprego e renda para as famílias envolvidas, além de cooperados e associados, pois tem foco na organização da prática coletiva de produção, comercialização, utilização de equipamentos tecnológicos e de distribuição de renda embasados nos princípios da economia solidária.

De um modo geral os agricultores familiares desta cooperativa, sofrem para produzir ainda que seja em uma escala mínima, devido às limitações na capacidade de investimentos, falta de assessoria técnica e acesso às novas tecnologias de modo a ampliar a produtividade. Esses agricultores, tem resistido a uma série de dificuldades sendo a maior delas a logística de transporte e comercialização, junto com essas dificuldades está a falta de orientação técnica para saber a melhor forma de combater os problemas que surgem na plantação por exemplo da banana que é muito comum nesse território. Também sofrem com falta de orientação contábil e jurídica, muitas vezes é preciso fazer retiradas do pouco recurso que entra e que poderia ser utilizado em compras de equipamentos para melhorar a agroindústria local.

A comercialização para os mercados da grande Cuiabá que é onde se paga o melhor preço é outro gargalo antigo o que os coloca às vezes em situação de dependência da figura do atravessador que lhes tira parte do rendimento e isso precisa ser superado via políticas públicas, bem como o fortalecimento das instituições de apoio à pequena agricultura.

O PAA e o PNAE são programas criados para garantir a alimentação escolar e fortalecer a agricultura familiar local, mas lamentavelmente tem apresentado vários tipos de problemas e um deles é o atraso no pagamento dos produtos que são fornecidos e os agricultores familiares não tem capital suficiente para aguardar o pagamento que chega a demorar um ano para se concretizar. De acordo com a COOPAMSAL devido ao atraso do pagamento por parte da Prefeitura de Santo Antônio do Leverger ficou inviável manter as entregas referente ao PNAE.

Assim, os agricultores tem feito venda direta aos mercados além de participar de Feiras Itinerantes da Agricultura Familiar no Território da Cidadania da Baixada Cuiabana, realizadas pelo Nedet em parceria com outras instituições como a UFMT, nessas feiras outras comunidades tradicionais e quilombolas também participam com sua produção e apresentando também a sua cultura, as suas danças, o seu linguajar. Nessas feiras realizadas na UFMT ocorrem formações para propiciar o entendimento das políticas territoriais, sobretudo o empoderamento das mulheres e da juventude que é o foco do Nedet.

A produção de banana, ovos, queijo, mandioca, doces etc. têm contribuído com a oferta de gêneros alimentícios aos moradores da própria Baixada Cuiabana que detêm um terço da população do Estado de Mato Grosso e que portanto tem demandas por uma alimentação saudável. Mas com a falta de apoio das prefeituras para o transporte adequado de produtos, os agricultores familiares do Território da Baixada Cuiabana não conseguem comercializar em todos os mercados ou mesmo nas feiras temáticas ou de bairros.

As feiras tem sido importante espaços de garantia de venda rápida da produção para troca por dinheiro para comprar gêneros de primeira necessidade as quais não produzem em suas propriedades. O capital (dinheiro) contribui inegavelmente com a reprodução da unidade produtiva. A forma que eles encontram para a solução de emprego e renda é produzir com o restante da sua família e vender parte da produção. Nesse sentido, normalmente vão as feiras um dos membros da família com um dos filhxs. O em emprego da força de trabalho de toda a família “[...] está presente no cenário das forças sociais atuantes no meio rural, responsável por parte considerável da produção agrícola” (WANDERLEY, 1979, p.20). Esse modelo de

produção que encontramos muito presente no território da Agrovila das Palmeiras não chega a ser o modelo do campesinato, por isso chamamos de agricultores familiares. Nem todos têm o envolvimento de toda a família, em algumas propriedades ocorre a contratação de mão de obra assalariada e outras famílias, tem sempre alguém trabalhando fora normalmente nas escolas para garantir a entrada de salário na propriedade. A situação também comum é quando um sai da propriedade para vender força de trabalho em outra propriedade distante.

Chayanov (1974) foi o grande pensador acerca do campesinato, mas ele próprio fez considerações sobre as mudanças na produção, de quantitativas para qualitativas, de forma que fosse produzido apenas o que fosse possível, dedicando-se a uma produção específica, diferentemente da prática anterior de ser auto-suficiente, estes agora produziam para o mercado e compravam o que não produziam. O campesinato do passado era auto-suficiente e conseguiam produzir tudo para garantir a reprodução da unidade produtiva. Hoje isso quase não é mais possível inclusive pela entrada da tecnologia no campo.

Caminhos metodológicos e o entrelaçamento de ações do Nedet e da COOPAMSAL na emancipação de comunidades tradicionais

O trabalho que o Nedet vem desenvolvendo é calcado na Educação Popular de matriz freireana (1989; 2005; 2007; 2016 a; 2016 b), principalmente a Pedagogia do Oprimido que embasa a Economia Solidária e a Educação Popular, no que refere às questões de relações entre opressores e oprimidos, pois, observa-se nas comunidades rurais de forma muito sutil relações de empoderamento do lugar. O lugar que na geografia tem um espaço privilegiado, e o lugar no cotidiano das comunidades rurais tem o sentido de afetividade. Valorizar o lugar é um ato cultural e cultura se aprende na interação com a família e na imersão sociocultural com demais grupos que estão vinculados

A Economia Solidária na linguagem científica tem como percussor teórico o economista Paul Singer (1999), no entanto quando se discute o que é Economia Solidária nas comunidades rurais a exemplo da COOPAMSAL, todos sabem o que são trocas simbólicas. O que é um vizinho ajudar o outro e sobretudo a importância de levar para a feira tudo o que se planta. Mas mesmo considerando o conhecimento dos agricultores, principalmente mulheres,

juventude e comunidades rurais que é o foco prioritário do Nedet, sempre é importante reforçar a ideia da Economia Solidária, como forma de contrapor a política neoliberal que tudo destrói sobretudo as relações do cotidiano, reforçando conceitos com base da educação popular de Freire (1989) principalmente nesses tempos em que o pensamento de leitura do mundo e da leitura da palavra é tido como ato revolucionário.

Nesta perspectiva a universidade em processo de pesquisa participante conforme ensina Brandão (1981), tem possibilitado espaços de troca de conhecimentos entre a universidade e comunidades rurais, entre a universidade e escolas públicas e vice versa. Desta forma ocorre o *ser mais*, concepção chave da humanização Freireana, partindo da compreensão de que agricultores familiares vivem à margem das políticas públicas do governo federal, que historicamente estiveram voltadas para os grandes produtores inclusive pela sua capacidade de organização. Em 2018, a greve dos caminhoneiros no Brasil, sendo capitaneados por grandes latifundiários exportadores de *commodities* no País, demonstraram forças e com isso conseguem barganhar negociações junto ao governo federal, diferente da realidade dos agricultores familiares. Quem os agricultores familiares tem por si? Como se organizam? O trabalho tem demonstrado que falta organicidade e união ainda entre os pequenos. Sobretudo a necessidade de saberem lidar com conflitos e com os falsos líderes que surgem interessados apenas em te los como curral eleitoral.

Esta universidade na qual militamos, temos a aprender e ensinar que a pratica da liberdade e o exercício da autonomia parte da ideia da leitura de mundo de Freire (2016 a, p. 59), ao ensinar que compreender o mundo é tão importante quanto compreender a palavra escrita, e que qualquer ato é um ato político, pois,

Dessa maneira, o processo de “alfabetização” política – tanto quanto o processo linguístico – pode ser uma prática para a “domesticação” dos homens para sua libertação. No primeiro caso, a prática de conscientização não é de modo algum possível, enquanto no segundo, o processo é em si mesmo de conscientização. Daí uma ação desumanizante, de um lado, e de um esforço de humanização de outro.

Assim, parte da reflexão das ações no âmbito do território da Baixada Cuiabana, se realizam com base na dialogicidade entre os empreendimentos solidários do território. Nesse sentido, temos empreendido esforços para implementar os princípios Freireanos apud Conrad (2018). Acreditamos que investir no protagonismo juvenil está vinculado com a tese de educação libertadora, essa educação autônoma se faz com ensinamento amoroso. Assim, o

Nedet tem promovido atividades extensionistas de forma crítica com autonomia das comunidades. A autonomia significa, liberdade e autossuficiência, para a construção destes princípios é preciso dialogo como ensina Freire (1996).

O exercício do protagonismo e da liberdade só se constrói com participação e não apenas com teoria. Não se fala em nome de alguém, cria se condições para que os jovens falem por si, não falamos pelas mulheres e nem pelos jovens das comunidades tradicionais é preciso construir condições para que elas falem por si mesmo. Ao participar ativamente dos processos decisórios da comunidade os jovens e mulheres ajudam a encontrar soluções para os problemas vigentes e os jovens na sua rebeldia tem coragem para fazer enfrentamentos que as vezes o adulto não consegue.

A COOPAMSAL tem uma característica significativa que é trabalhar junto a Escola Estadual Nagib Saad na Agrovila das Palmeiras, e essa relação contribui com a construção da identidade tendo como fio condutor a Pedagogia do Trabalho (autonomia do fazer pedagógico e da co-gestão). “O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão” (FREIRE apud CONRAD, 2018, p. 11).

E tem sido esta vertente da educação popular freireana que embasa a economia solidária no entrelaçamento de ações dos atores sociais tanto da sociedade civil como governamental e como estas vozes se manifestam no interior desta cooperativa que constitui objetivo de pesquisa e extensão deste projeto. Assim, pretende-se aprofundar estudos que ocorrem de forma separada para articular conceitos mais amplos que possam fomentar novos projetos e produzir metodologias mais adequadas ao propósito de implementar e dar visibilidade à Economia Solidária, a educação do/no campo e Segurança Nutricional e Alimentar, procurando valorizar a cultura, a religiosidade dos povos do Território da Cidadania da Baixada Cuiabana.

A COOPAMSAL tem promovido sem finalidade de lucro mas sim o estímulo, progressivo de atividades de seus cooperados, propicia atividades sociais e econômicas, de natureza comum; bem como a venda, em comum da produção dos seus associados compreendendo a pecuária, a apicultura, aquicultura, avicultura, hortifruticultura, hortifrutigranjeiro, caprinocultura, pesca, piscicultura e suinocultura nos mercados locais. Além da preparação de novas áreas para o desenvolvimento e ampliação das atividades de seus associados.

A atividade principal dos cooperados se sustenta na pecuária leiteira e agricultura familiar com baixa agregação de valor, que o Índice de Condições e Qualidade de Vida está muito abaixo do esperado, o êxodo rural da população jovem ocorre com frequência, pois inexiste por parte do governo federal programas para garantir a sucessão rural nas comunidades. Muitos jovens saem dos lotes e deixam a família para estudar seja em Cuiabá ou em outras cidades, saem com o desejo de voltar para manter a propriedade, mas a grande maioria acabam não voltando. É preciso ter apoio para estimular o retorno desses jovens as comunidades rurais. Esse conhecimento do bem viver que só as comunidades rurais tem, precisa de alguma forma se manter.

Ainda com todas as dificuldades a COOPAMSAL procura contemplar o atendimento das necessidades iniciais que a comunidade apresenta afim de que possam exercer efetivamente atividades de produção agroecológica e fomentar a economia solidária local com o beneficiamento de espécies de importância nutricional, nativas e adaptadas da região (açafirão, urucum, babaçu e banana da terra), nas dimensões da agricultura familiar sustentável, no avanço tecnológico, tornando desse modo a propriedade rural sustentável e integrada à comunidade a que pertencem, que é a Agrovila das Palmeiras, Santo Antônio de Leverger. Mas a pressão econômica e social, tem intensificado sobremaneira o êxodo rural, principalmente dos jovens, que partem em busca de empregos e de estudo em áreas que possam se inserir no mercado de trabalho das cidades. Com isso, houve uma mudança na estrutura da comunidade, pois, esses jovens ajudam suas famílias na roça e em outras atividades que visavam à manutenção da família e indiretamente da comunidade.

Por isso, ainda que a prefeitura não pague em dia os produtos entregues via PNAE, é preciso encontrar condições para fortalecer o PNAE e não deixar acabar com esta política pública, considerando que o PNAE pode e deve atender os anseios da Cooperativa para dar respostas efetivas as necessidades básicas dos seus associados, oportunidades de inclusão produtiva e geração de renda para sustento de suas famílias e promoção do desenvolvimento local, tão almejado pela população.

A COOPAMSAL tem empreendido esforço para intensificar o processo de industrialização. Sendo o principal produto beneficiado tem sido a farinha do babaçu, açafirão do cerrado, urucum e em seguida a farinha de banana.

Sobre o PNAE

As políticas de alimentação escolar nas escolas do Brasil, segundo Dias e Escouto (2019) surge nos idos dos anos 1930 e 1940 através dos primeiros movimentos merenda escolar, houveram muitas iniciativas como por exemplo para angariar fundos, para garantir o fornecimento de alimentos ao alunos que chegavam na escola, vamos nos lembrar que a escola ainda não eram para todos. Até esse período praticamente os filhos da população mais abastadas é que tinham acesso a escola. Com esse movimento de escola para todos era preciso também garantir alimentação para esses estudantes.

Em 31 de março de 1955, Juscelino Kubitschek de Oliveira assinou o Decreto n. 37.106, criando a Campanha da Merenda Escolar (CME). O nome dessa campanha foi se modificando até que, em 1979, foi denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido popularmente por “merenda escolar” (CHAVES; BRITO, 2006, p. 16).

Na década de 1950, as crianças começaram a receber alimentação no período em que estavam estudando, nem todas as crianças eram contempladas com alimento na escola, pois o governo não estava organizado para alimentar todos os estudantes do Brasil. Nessa época os alimentos eram oferecidos por organismos internacionais, o Governo Federal não comprava alimentos e, sim, recebia doações. Os alimentos recebidos eram industrializados pelo governo sobretudo farinha e leite em pó (DIAS; ESCOUTO (2019). Estas autoras que vos falam, são saudosas da merenda que haviam nas escolas públicas até os idos dos anos de 1990. Era uma alimentação precária, mas que era importante para as crianças que não tinham o que levar para a escola para comer no intervalo ou mesmo não tinham o que comer em casa.

O governo Lula propiciou grande avanço para o programa de alimentação escolar no Brasil que foi a publicação da Lei 11.947, de 16 de julho de 2009,

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências (2019, p. 01).

Essa Lei determina que 30% do valor repassado para o Programa de Alimentação escolar deve ser gasto com a agricultura familiar e do empreendedor rural. E esta junção

deverá oferecer uma alimentação saudável e adequada, usando alimentos variados, respeitando culturas, tradições e hábitos saudáveis (BRASIL, 2009).

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger, realizou Chamada Pública n.º 01/2017, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural (Regida pela Lei n.º 11.947 de 16/07/2009) para atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE no próprio município que gera grandes perspectivas aos agricultores familiares locais.

Esta chamada teve como objetivo a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios. Com a falta de informação e muita burocracia quanto às documentações exigidas, muitas famílias não conseguiram acesso a essa oportunidade de comercialização que oportunizam a comercialização direta do produtor evitando atravessadores.

Não há dúvida que estes programas contribuem com a geração de renda no âmbito local e contribui com a alimentação saudável das crianças que estudam na própria comunidade. O que permite dizer que nessa comunidade existe cultura e bem viver.

Considerações Finais

A agricultura familiar tem grande importância para o desenvolvimento rural brasileiro, e o PNAE enquanto política pública acabou beneficiando os agricultores, principalmente após a promulgação da lei 11.947 de 2009 do governo Lula, no entanto acredita-se que a articulação da compra da produção dos agricultores familiar para a alimentação escolar deve ser uma demanda assumida com articulação na comunidade.

Os editais de chamada pública deveriam a ser discutido, assim resultaria em um processo no qual o agricultor e as organizações de qualquer localidade do município possam contribuir com o fornecimento de gêneros alimentícios de qualidade e com diversidade que foram produzidos, para assegurar que a oportunidade dos 30% seja garantida aos agricultores e a execução da lei seja alcançada pela prefeitura.

Acreditamos que com uma maior participação da sociedade poderia contribuir para a desmistificação do programa como assistencialista. Além disso, oportuniza trabalho a

juventude e mulheres, a comercialização direta dos produtos (evitando atravessadores) minimizando a colaboração na indução do desenvolvimento rural sustentável em nível local, a elevação da pobreza e o êxodo rural.

Também proporciona aos alunos consumo de uma merenda mais nutritiva e variada, além da aceitação dos produtos são comumente bem aceitos pelos alunos e professores. Com possibilidade de compra da agricultura familiar permite ao poder público municipal reconhecer e valorizar os alimentos regionais, bem como a cultura e os hábitos alimentares dos alunos. Apoio na promoção da agroecologia e na diversificação das fontes de renda, assim como a minimização a dependência de outros cultivos, por vezes menos sustentáveis

Este trabalho referenda o papel da universidade pública ao desenvolver atividades de interface entre ensino, pesquisa e extensão em comunidades rurais, para qualificar a construção do conhecimento em consonância com a função social da universidade.

Referências

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense. 1981.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. **BRASIL**. Ministério da Educação. Desenvolvida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Apresenta Alimentação Escolar. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>. Acesso em 20/04/2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947 Data de acesso: 08/11/2019.

CONRAD, V. L. D. O protagonismo juvenil e formação humana dos alunos: uma experiência no Colégio Militar de Porto Alegre/RS. **In...** I Simpósio Juventudes. Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/simposiojuventudes-contemporaneas/assets/edicoes/2018/arquivos/51.pdf> . Data de acesso: 08/11/2019.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAVES, Lorena Gonçalves; BRITO, Rafaela Ribeiro de. **Políticas de Alimentação Escolar**. Brasília: Centro de Educação a Distância - CEAD, Universidade de Brasília, 2006. (Profucionário - curso técnico de formação para os funcionários da educação).

DIAS, Barbosa Luciana; ESCOUTO, Santos Fernando Luiz. **Um breve histórico sobre alimentação escolar no Brasil**. Disponível em: http://faip.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/o4JwjMco1wjDpkr_2016-10-10-18-1-0.pdf. Acesso em: 08 de nov. de 2019.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler**. Em três artigos que se complementam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 44. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2005.

_____. **Conscientização**. É possível, urgente e necessário mudar a ordem das coisas. Tradução de Tiago José Risi Leme. São Paulo: Cortez, 2016 a.

_____. **Pedagogia da tolerância**. Organização e notas de Ana Maria Araújo Freire. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2016 b.

SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: vozes, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Campinas, 1979. (mimeo).

Recebido: 09/11/2019

Aprovado: 10/12/2019

Publicado: 31/12/2019